ESTADO DE MINAS

Publicado em 13/01/2023 - 05:55

Haddad propõe pacote para diminuir rombo

PRIMEIRAS AÇÕES

Medidas incluem negociação de dívida tributária e reavaliação de receita, para elevar caixa, e revisão de contratos para cortar despesa. Expectativa é gerar R$ 242,7 bilhões

Haddad lança pacote para reduzir rombo fiscal

ROSANA HESSEL

Depois da articulação entre a equipe de transição do novo governo e do Congresso para aprovar um estouro de R$ 168 bilhões no teto de gastos do Orçamento de 2023, após aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um pacote de primeiras medidas para tentar equilibrar as contas públicas e tentar reduzir o rombo fiscal contratado de mais de R$ 231,6 bilhões neste ano, o equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB), para algo entre 0,5% e 1% do PIB em 2023.

Entre as medidas anunciadas pelo ministro, ontem, focadas para a "recuperação fiscal", estão a revisão de receitas, a reoneração de tributos federais, a reestruturação de processos judiciais e a revisão de contratos do governo federal, entre outras medidas com impacto fiscal de R$ 242,7 bilhões e que podem gerar um superavit primário de R$ 11,13 bilhões neste ano, ou seja, 0,1% do PIB. "São as primeiras medidas para endereçar o problema", disse Haddad a jornalistas, destacando que "o ano fiscal foi muito complicado de 2022".

"Estamos fixando uma meta para fechar o ano com déficit primário entre 0,5% e 1%", garantiu o ministro, ao lado da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; da ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; do secretário do Tesouro, Rogério Ceron; e do secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas. "Nós entendemos que o déficit primário deste ano deverá ser menor do que 1% do PIB", disse Haddad, estimando entre R$ 90 bilhões e R$ 100 bilhões". Para ele, essa projeção é "bastante realista". O ministro disse que o pacote de medidas que sairá no Diário Oficial da União (DOU) contém três medidas provisórias, três decretos e uma portaria. Parte delas precisará de aval do Congresso.

As medidas anunciadas pelo ministro têm como objetivo reduzir o déficit primário previsto em 1,6% do PIB. Desse montante, R$ 36,4 bilhões com a revisão da receita e R$ 120,9 bilhões em medidas fiscais, como reoneração de tributos e mudanças, como PIS-Cofins sobre combustíveis, e melhora na gestão de processos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Segundo Haddad, é possível, neste ano, obter R$ 50 bilhões com mudanças na gestão dos processos que estão parados no Carf, reduzindo os litígios, sendo que R$ 15 bilhões serão ganhos permanentes. Um exemplo de medidas será o fim dos recursos de ofício para valores abaixo de R$ 15 milhões. Outra medida de impacto fiscal prevista pela equipe econômica será a revisão de despesas, incluindo a revisão de contratos, que poderá reduzir o rombo em até R$ 50 bilhões em economia. De acordo com o ministro, a gestão anterior deixou um orçamento com uma receita 1,5% a menos, devido às desonerações concedidas durante a campanha eleitoral, como a isenção fiscal dos tributos federais sobre combustíveis.

No entanto, o próprio ministro afirmou, em entrevista a jornalistas, que parte das medidas pode sofrer alguma frustração. "Se somar a meta de cada ação, zera o déficit, (mas) sabemos que a meta de cada ação não será atingida", afirmou. "Mesmo que (o governo) tome medidas para repor a frustração, tem atraso que vai acontecer, tem noventena, anterioridade (até que medidas tributárias produzam efeito) e há despesas que podem surgir, porque não recebemos com transparência do governo anterior", acrescentou o ministro.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Ministro disse que expectativa é reduzir déficit primário de R$ 231,6 bilhões (2,6% do PIB) para um valor entre 0,5% e 1% do PIB

> "Esse programa de reestruturação parte do pressuposto de que temos convergência, porque não há crescimento duradouro com um déficit de 2,6% do PIB"
>
> **Simone Tebet,** ministra do Planejamento

PROGRAMA "DESENROLA"

Após retornar de sua viagem ao Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês), prevista para a próxima semana, Haddad disse que pretende anunciar o programa Desenrola, para regularizar a situação das famílias endividadas. "Existem 70 milhões de CPFs negativados", afirmou Haddad. Ele criticou o calote dos precatórios promovido pelo governo Jair Bolsonaro (PL), no ano passado e neste ano, e contou que criou um grupo junto com o Ministério do Planejamento e a Advocacia-Geral da União (AGU) para acompanhar mais de perto os processos judiciais para que o calote dos precatórios não ocorra mais.

"Esse programa de reestruturação parte do pressuposto de que temos convergência, porque não há crescimento duradouro com um déficit de 2,6% do PIB", afirmou Simone Tebet. "Somos dois lados da mesma moeda. Essas são as primeiras das boas medidas do novo governo que virão", acrescentou. A ministra contou que assinou três decretos e uma portaria interministerial, que tem a ver com a renegociação de contratos do governo, assim como os restos a pagar e precatórios, informados por Haddad. As medidas em curso, segundo ela, "vão melhorar a governança da administração pública e buscar a reavaliação dos riscos fiscais".

Esther Dweck reforçou o discurso de que no pacote de medidas foi assinada uma medida provisória para o retorno do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para a estrutura do Ministério da Fazenda. Um dos decretos ainda reestrutura a execução orçamentária com a nova estrutura dos novos ministérios. De acordo com a ministra da Gestão, a portaria dos três ministérios serve para a reavaliação de contratos e programas.

Desconto para renegociação de débitos

Uma das medidas para a reestruturação fiscal anunciadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está na criação de um novo programa envolvendo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), vinha perdendo ações e ampliando as despesas do governo federal. As novas atribuições do Carf serão criadas por meio de uma das três medidas provisórias que foram assinadas, ontem, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e vai marcar o lançamento do programa Litígio zero, de acordo com o ministro. Nesse sentido, o programa conta com uma espécie de Refis para pessoas físicas e jurídicas renegociarem débitos que estão sendo contestados junto ao Carf. Atualmente, o estoque de valores dos processos no tribunal é de R$ 1,087 trilhão, quase o dobro da média entre 2015 e 2019, de R$ 600 milhões. A meta é reduzir esse volume de contenciosos ao máximo possível.

O novo programa consiste em conceder descontos e maiores facilidades para pessoas físicas e micro e pequenas empresas quitarem seus débitos junto ao fisco, segundo o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, que negou que o programa seja um Refis. Uma das novidades do plano é o fato de as empresas que tiverem prejuízo poderem abater integralmente as perdas em um único ano sobre o estoque de débitos junto à União. Atualmente, o limite para cada ano chega a 30% das perdas.

"Pela primeira vez, o governo vai permitir prejuízo fiscal para compensação de parcelas do débito, mas apenas neste, com programa extraordinário, com adesão limitada", alertou. Segundo ele, as empresas com prejuízos nos anos anteriores poderão pagar o Imposto de Renda "com um pequeno desconto", e utilizar o estoque de perdas para quitar entre 52% e 70% do débito.

Pessoas físicas e micro e pequenas empresas que quiserem quitar o débito com a União terão descontos de 40% a 50% sobre o valor total do débito, incluindo juros e multas. O prazo para pagamento será de até 12 meses. O prazo para adesão ao programa de transação começa em 1º de fevereiro e termina em 31 de março, podendo ser feito de forma eletrônica no portal e-Cac da Receita Federal.

De acordo com Barrerinhas, existem mais de 30 mil processos com o perfil de renda ou faturamento de até 60 salários mínimos, que somam R$ 720 milhões no Carf, e mais de 170 mil processos nas delegacias da Receita, totalizando R$ 3 bilhões.

Outra medida prevista para o programa anunciada pelo ministro e o secretário é o fim do recurso de ofício para valores de até R$ 15 bilhões. Com isso, o contribuinte vence na primeira instância e o litígio acaba definitivamente e haverá a extinção automática. Abaixo de um salário mínimo (R$ 1.302) passarão a ser julgados nas delegacias. Hoje o corte é de 60 salários mínimos (R$ 78,1 mil).

Com isso, a expectativa é de uma redução de mais de 70% dos processos que entram no Carf e representam menos de 2% do valor total. De acordo com Barreirinhas, apesar de indicarem aumento da dívida pública, as medidas "caminham para uma estabilização da trajetória da dívida", podendo haver um início de queda até 2025. "O efeito mais consistente das medidas poderá ficar na estabilidade da dívida, o que coloca o país em uma situação mais sustentável em termos de endividamento público em médio e longo prazo", frisou.

Correção do IR pode isentar 18 milhões

Um total de 18 milhões de brasileiros poderiam ficar isentos da cobrança do Imposto de Renda caso a tabela utilizada para calcular os descontos fosse integralmente corrigida pela inflação desde 1996, aponta um levantamento da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional). Segundo a entidade, a correção representaria uma renúncia fiscal de R$ 184 bilhões. O estudo foi atualizado com base nos dados da inflação divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na terça-feira.

"Quando falo na correção da tabela, não posso falar da declaração que se entrega em abril deste ano, porque essa já é do passado, referente a dados de 2022. Para falar de efeitos de correção da tabela, tenho que fazer uma projeção para o futuro, para rendas de 2023 que serão declaradas em 2024", afirma Mauro Silva, presidente da Unafisco.

Desde 2015, a tabela do IRPF está sem correção. Atualmente, quem ganha acima de R$ 1.903,98 está sujeito à mordida do leão. De acordo com os cálculos da Unifisco, se houvesse correção integral com base nas perdas inflacionárias, ficariam isentos todos os contribuintes com renda tributável de até R$ 4.723,77. Uma defasagem de 148,10%.

A correção integral da tabela do IR foi promessa de campanha de Jair Bolsonaro (PL) em 2018. Em junho de 2021, o governo enviou uma proposta, como parte da reforma tributária, ao Congresso. A Câmara dos Deputados aprovou o texto, que não avançou no Senado.

Uma das promessas do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) é a isenção para quem recebe até R$ 5.000. Embora houvesse a expectativa de que o ajuste fosse incluído na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias (PT), coordenador da legenda nas negociações do Orçamento de 2023 durante o governo de transição, afirmou que se trata de uma meta "para o mandato".

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA BRASIL – 21/3/19

Receita Federal teria uma renúncia fiscal de R$ 184 bi, segundo o Unafisco Nacional

CPF COMO IDENTIDADE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, a Lei 14.534/23, que estabelece o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) como único número do registro geral em todo o país, de forma a ser usado para identificar o cidadão nos bancos de dados dos serviços públicos. Com a entrada em vigor da nova lei, o CPF deverá constar nos cadastros e documentos de órgãos públicos, do registro civil ou dos conselhos profissionais, como é o caso de certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como em documentos de identificação, registros de programas como PIS e Pasep, identificações relativas a INSS, título de eleitor, certificado militar, cartões de saúde, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação, entre outros. A lei entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União, mas estipula alguns prazos para a adaptação de órgãos e entidades: 12 meses para adequarem sistemas e procedimentos de atendimento aos cidadãos; e de 24 meses para que tenham a interoperabilidade entre os cadastros e as bases de dados.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Economia **Pagina:** 9

Copyright © Clipclap 2025.